

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 548.541 - SP (2019/0356779-0)**

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : AMANDIO FERNANDES  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : AMANDIO FERNANDES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado por AMANDIO FERNANDES, **em favor próprio**, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (HC n. 0033573-68.2019.8.26.0000).

Do que se depreende da inicial, o paciente foi preso preventivamente pela suposta prática do crime de furto qualificado.

Inconformada com o decreto construtivo, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem. A ordem, contudo, não foi conhecida, recebendo o acórdão a seguinte ementa (e-STJ fl. 9):

*Habeas corpus. Furto. Art. 155, § 4º, I e IV, do CP. Alegação de excesso de prazo para a formação da culpa. Pedido de soltura do paciente. Pedido idêntico ao writ impetrado nº. 0050340-21.2018.8.26.0000 – voto nº 9579. Inadmissibilidade de pedidos repetitivos. Ordem não conhecida.*

Nas razões do presente *mandamus*, o paciente sustenta ausência dos requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal, especialmente porque confessou a prática delitiva. Ressalta, ainda, haver constrangimento ilegal por excesso de prazo para a formação da culpa, pois está preso há mais de 470 (quatrocentos e setenta dias), sem previsão de data para encerramento da instrução.

O paciente, pugna, liminarmente e no mérito, pela revogação da sua prisão preventiva.

É o relatório. **Decido.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

O art. 38 da Lei n. 8.038/1990 determina que o *Relator*, no *Supremo Tribunal Federal* ou no *Superior Tribunal de Justiça*, decidirá o *pedido* ou o *recurso* que haja perdido seu objeto, bem como **negará seguimento** a *pedido* ou *recurso* manifestamente intempestivo, incabível ou, improcedente ou ainda, que contrariar, nas questões predominantemente de direito, Súmula do respectivo Tribunal.

No mesmo sentido está a disposição do artigo 34, XX, do Regimento Interno do STJ, *in verbis*:

*Art. 34 - São atribuições do relator:*

*XX - decidir o habeas corpus quando for inadmissível, prejudicado ou quando a decisão impugnada se conformar com tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral, a entendimento firmado em incidente de assunção de competência, a súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, a jurisprudência dominante acerca do tema ou as confrontar;*

O presente *habeas corpus* é inadmissível porque o ato coator, a causa de pedir e o pedido formulados são semelhantes aos do **HC n. 548.413/SP**, **impetrado na mesma data, por advogado**, distribuído a esta relatoria e cuja **ordem já foi concedida.**

Ademais, o *writ* deve vir instruído com os elementos necessários à verificação do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre no caso desses autos, porquanto **formado apenas pela petição inicial e pelo acórdão impugnado (impetrado de próprio punho, pelo paciente).**

Tratando-se, portanto, de **mera reiteração de outra ordem**, não se pode conhecer do *writ*.

Ante o exposto, nos termos dos arts. 38 da Lei n. 8.038/1990 e 34, XX, do Regimento Interno do STJ, **nego seguimento** ao *presente habeas corpus*, por manifestamente inadmissível.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

